

# SIMULADO ALAP

ESTILO FCC  
TÉCNICO LEGISLATIVO



**Estratégia**  
Concursos



# Simulado Especial

## ALAP – Técnico Legislativo

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do ALAP;
- 2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora Vunesp, com alternativas a,b,c,d,e.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-ALAP-10-11>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E

## PORTUGUÊS

### Nero e a lira

O Brasil ficou chocado com o incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Só diante das chamas terríveis e do patrimônio desaparecido para sempre que alguns perceberam que nunca tinham ido ao espaço museológico agora perdido. Eu já tinha escrito o mesmo sobre os riscos da nossa Biblioteca Nacional e do seu acervo inestimável em condições de risco similar. Aqui em São Paulo, é o caso do Museu do Ipiranga, fechado há tanto tempo. Perde o público, perde a cultura e empobrecemos em um campo já abalado da memória. Até quando? O que mais precisaria queimar no Brasil, para que a gente percebesse que patrimônio é algo que se vai para sempre?

O descaso tem precedentes terríveis. Em 1978, um conjunto inestimável de quadros virou cinzas no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Patrimônio científico foi carbonizado várias vezes: a coleção do Instituto Butantã em São Paulo e do Museu de Ciências Naturais da PUC de Minas Gerais. Coleções insubstituíveis torraram por completo. O Museu da Língua Portuguesa ardeu em chamas, como também a tapeçaria de Tomie Ohtake no Memorial da América Latina: somos o país que usa cultura como material de combustão. Nenhum Nero foi indiciado, ninguém responde, nada se faz com tantos e repetidos avisos trágicos. É uma política de terra arrasada, de resultados eficazes e criminosos.

Mesmo aquilo que funciona e bem corre o risco do desamparo. A Sala São Paulo enche de orgulho os paulistas e brasileiros. A Osesp é uma joia esculpida com trabalho, talento e muito sacrifício. Manter algo do padrão da Osesp e da Sala São Paulo em um país como o Brasil é quase um milagre. A qualidade material da sala, o esforço de todos e a educação de um público fiel. Por ela passa a fina flor da música brasileira e internacional.

A cultura brasileira é assim. Muita coisa queimou, projetos sobreviveram em estado precário, e todos aguardam poderes sensíveis ao papel insubstituível da cultura na definição da cidadania. Quando eu vejo o montante do fundo partidário em comparação ao estado precário de orquestras e museus, sou percorrido por uma dor muito forte.

O que mais terá de silenciar, queimar, desaparecer ou ficar no passado até que acordemos? Quantos artistas deixarão de comunicar seu talento com uma sociedade que necessita desesperadamente de criação e sensibilidade para pensar mais alto e melhor? Alguém aqui acha coincidência que a economia mais forte da Europa, a Alemanha, também seja uma terra de forte investimento privado e público na música e nas artes? O que mais precisa desaparecer para sempre, para que governos e eleitores descubram o valor do nosso patrimônio material e imaterial?

Para nós, pessoas sem poder, resta prestigiar o que ainda existe, visitar mais nossos museus, cobrar dos políticos que elegemos há pouco e valorizar com alunos e filhos os muitos heróis de uma resistência cultural.

(Leandro Karnal. O Estado de S.Paulo. Adaptado)

- 01.** Para o autor, o que acontece na Alemanha não é coincidência, mas
- a) empenho do cidadão alemão em valorizar mais a arte do que a economia.
  - b) o fato de os alemães preferirem a arte à economia.
  - c) recusa dos alemães em viver pela música e pelas artes.
  - d) importância da valorização da cultura no fortalecimento da economia.
  - e) mérito do governo alemão em priorizar uma economia estável.
- 02.** Ao ver o montante do fundo partidário em comparação ao estado precário de orquestras e museus, o autor revela que
- a) há um nivelamento entre fundos partidários e fundos culturais.
  - b) os partidos priorizam a cultura.
  - c) há um esforço para nivelar verbas para cultura e para partidos.
  - d) há uma distribuição igualitária entre orçamentos políticos e culturais.
  - e) há um descompasso entre as verbas destinadas aos partidos e à cultura.
- 03.** Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- a) "O Brasil ficou chocado" (1º parágrafo) = o país permaneceu extasiado
  - b) "seu acervo inestimável em condições de risco similar" (1º parágrafo) = valor incomparável em situações dissimilares de risco
  - c) "O descaso tem precedentes terríveis" (2º parágrafo) = A desconsideração apresenta casos ulteriores
  - d) "um conjunto inestimável de quadros virou cinzas" (2º parágrafo) = um volume incalculável de quadros se perdeu em chamas
  - e) "Coleções insubstituíveis torraram por completo" (2º parágrafo) = peças incomparáveis se perderam em demasia
- 04.** Encontra-se o mesmo tipo de complemento que o sublinhado no segmento "Eu já tinha escrito o mesmo sobre os riscos da nossa Biblioteca Nacional" (1º parágrafo) em:
- a) "Perde o público" (1º parágrafo)
  - b) "Patrimônio científico foi carbonizado várias vezes" (2º parágrafo)
  - c) "Coleções insubstituíveis torraram por completo" (2º parágrafo)
  - d) "um conjunto inestimável de quadros virou cinzas" (2º parágrafo)
  - e) "para que governos e eleitores descubram o valor do nosso patrimônio material e imaterial" (5º parágrafo)

**05.** Marque a alternativa que apresenta a correta justificativa do emprego das vírgulas em "Muita coisa queimou, projetos sobreviveram em estado precário, e todos aguardam poderes sensíveis ao papel insubstituível da cultura na definição da cidadania." (4º parágrafo)

- a) oração coordenada explicativa / conjunção "e" com valor adversativo
- b) oração coordenada assindética / oração intercalada
- c) oração coordenada assindética / conjunção "e" unindo orações com sujeitos diferentes
- d) oração subordinada adjetiva / adjunto adverbial deslocado
- e) oração subordinada antecipada / oração explicativa

**06.** Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o tema do texto:

- a) Destruída por um incêndio que durou mais de quatro horas em 2008, o Teatro Cultura Artística na região central de São Paulo, até hoje está coberto por tapumes.
- b) Do acervo, de mais de mil peças, restaram apenas 50; o trauma foi tamanho que somente, nos anos 1990, o Brasil reconquistou, a confiança de instituições internacionais para sediar exposições de grande porte.
- c) Nos últimos dez anos o fogo voltou à destruir museus, teatros e institutos. Além do Museu Nacional do Rio, outros 7 prédios, sofreram perdas históricas com incêndios.
- d) Além de dois pianos, e equipamentos de som e iluminação, foram destruídos o figurino das peças O Bem Amado, do ator Marco Nanini, e Toc Toc.
- e) Em maio de 2010, um incêndio atingiu o laboratório de répteis do Instituto Butantan, na Zona Oeste de São Paulo, destruindo um dos principais acervos de cobras do mundo.

**07.** Há pleno atendimento às normas de concordância verbal na frase:

- a) A maioria dos museus no Brasil, mesmo em cidades de boa circulação de renda, não é cuidado com o devido zelo pelas administrações.
- b) Convém aos cidadãos, os quais merecem apreciar a arte, a cobrança de ações eficientes na preservação dos prédios culturais no Brasil.
- c) Ocupa-se de planejamento superficial os gestores da Administração Pública, os quais devem priorizar a cultura como modificadora de nível social e cultural.
- d) São nas ações voltadas à preservação dos prédios históricos, à apreciação das belas artes que os cidadãos se sentem mais valorizados culturalmente.
- e) Sabe-se que uma das maiores dificuldades que o Brasil enfrenta estão na falta de investimento em cultura.

**08.** Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) A cultura será beneficiada se a sociedade cobrasse mais dos gestores públicos, os quais têm em mão o poder de decisão.
- b) Se os gestores públicos priorizassem a cultura, certamente haveria mais cuidado com o patrimônio público e mais respeito à educação no Brasil.
- c) As artes não são prioridade em países de economia pouco desenvolvida, o que seria uma preocupação para os países em desenvolvimento.
- d) Assiste-se a declarações políticas de ajustes financeiros voltados ao desenvolvimento cultural no Brasil, mas não se viam resultados até então.
- e) Embora se vejam decisões tomadas rapidamente em relação às verbas de partidos, a cultura não é beneficiada.

**09.** Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) O Patrimônio Cultural deve ser valorizado por todos e sua proteção deve ser pensada para e pelos sujeitos que detém o conhecimento.
- b) A sensibilização e a conscientização do por que e como preservar deve ser realizada através de políticas públicas que envolvam as comunidades e os agentes que se relacionam com os bens portadores da memória coletiva e da identidade cultural dos diversos grupos sociais.
- c) À educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.
- d) O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.
- e) A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados o trabalho de Educação Patrimonial busca levar às crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- A área **aonde** se instalaram os primeiros prédios de cinemas e teatros correspondia **à** dos antigos centros urbanos.
  - O apoio **que** confiavam os artistas era **a eles** prometido pelo governo do estado.
  - A vinda **de** imigrantes, **em que** o estímulo foi responsável o governo, reforçou o aspecto cultural.
  - A arte a **que** todos aplaudem deve ser mais valorizada não só nos palcos, mas também nas decisões políticas.
  - Os imigrantes influenciaram a arte nacional, **cujo** crescimento foi pautado **na** miscigenação, na liberdade e na diferença.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Caverna, Kovarik Cage e Rafael Moreno trabalham na ALAP e ocupam cargos diferentes: um é Assistente Administrativo, outro é Técnico Legislativo, e outro é Analista Legislativo.

Certo dia, eles chegaram ao trabalho em horários diferentes e a secretária anotou:

- Caverna chegou depois do Assistente Administrativo.
- Rafael Moreno não foi o primeiro a chegar.

Sabendo que Kovarik Cage é Técnico Legislativo, é correto concluir que:

- Kovarik Cage foi o primeiro a chegar;
- Rafael Moreno é Analista Legislativo;
- Caverna chegou antes que Kovarik Cage;
- Kovarik Cage chegou depois que o Assistente Administrativo;
- o Técnico Legislativo chegou depois que Caverna.

12. A negação da proposição "Todo assinante vitalício gabarita a prova" é logicamente equivalente a

- Nenhum assinante vitalício gabarita a prova.
- Algum assinante vitalício gabarita a prova.
- Apenas um assinante vitalício não gabarita a prova.
- Pelo menos um assinante vitalício não gabarita a prova.
- Nenhuma pessoa que gabarita a prova é assinante vitalício.

13. Considere verdadeiras as seguintes afirmações.

Se tenho o Estratégia Cast, então aproveito o tempo perdido.

Não aproveito o tempo perdido ou estudo pelas trilhas estratégicas.

Se não estudo pelas trilhas estratégicas, então não serei aprovado na ALAP.

Serei aprovado na ALAP.

A partir dessas afirmações, pode-se concluir que

- Tenho o Estratégia Cast e estudo pelas trilhas estratégicas.
- Estudo pelas trilhas estratégicas e não serei aprovado na ALAP.
- Não aproveito o tempo perdido e estudo pelas trilhas estratégicas.
- Não tenho o Estratégia Cast ou estudo pelas trilhas estratégicas.
- Se não tenho o Estratégia Cast, então aproveito o tempo perdido.

14. Seguindo um determinado padrão, os termos da sequência (2,6,14,30,62,126,254,510,1.022,...) foram obtidos. O 12o termo desta sequência é

- 2.048
- 2.050.
- 4.094.
- 4.096.
- 8.190.

### GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO AMAPÁ

15. A chamada "Questão do Amapá", também conhecida como "Contestado franco-brasileiro", se refere à disputa envolvendo Brasil e França, que foi solucionada

- mediante uma guerra entre os dois países, que teve fim com o Tratado de Petrópolis e a vitória da França, que estabeleceu os limites fronteiriços definitivos e em troca exigiu do Brasil a Ferrovia Madeira-Mamoré.
- por causa da intervenção do governo da Suíça, que determinou a fronteira dos dois países no Rio Oiapoque e deu a ordem de interromperem a guerra, demonstrando a soberania e a excelência suíça em questões litigiosas.
- por intermédio da diplomacia brasileira, especialmente do Barão do Rio Branco, que se posicionou de modo pacífico frente a uma das maiores potências da época, optando pela arbitragem internacional do governo da Suíça, que reconheceu o direito do Brasil das terras.
- com a intervenção diplomática do Barão do Rio Branco, depois da derrota das tropas francesas, que haviam invadido parte do território do Amapá, avançando até o Rio Araguari, e foram vencidas pelo Exército Brasileiro.
- no período do Estado Novo, quando franceses e brasileiros estiveram em conflito e contaram com a intervenção das potências Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial, cessando as disputas e partindo para a diplomacia, com a ação do Barão do Rio Branco.

**16.** A capital do Amapá tem sua história vinculada à colonização portuguesa, tendo a sua fundação relacionada

- a) ao empenho dos portugueses, aliados aos espanhóis, em formar uma proteção na entrada do Rio Amazonas, impedindo a invasão de ingleses e holandeses, que também desejavam explorar o Novo Mundo.
- b) à captura de povos indígenas que ali habitavam durante o século XVIII, para que servissem de mão-de-obra na exploração de pedras preciosas nas Minas Gerais, sendo preciso erguer a Fortaleza de São José do Macapá para que servisse de prisão para os índios capturados.
- c) à disputa entre a Coroa Portuguesa e quilombolas, que ali foram escravizados por milhares de portugueses que vieram deportados de Mazagão, na África, para que colonizassem a região e protegessem contra a entrada de invasores no Rio Amazonas, tendo eles fundado Macapá.
- d) aos bandeirantes paulistas que percorreram os quatro cantos da colônia portuguesa, capturando índios e comercializando-os para a escravização nos engenhos de açúcar do nordeste, bem como encontraram minérios e fundaram vilas, a exemplo da Vila de Macapá.
- e) à pretensão portuguesa em defender e fortificar as fronteiras do Brasil Colônia, de tal modo que foi estabelecido um destacamento militar para ocupar o território mediante a construção de fortes e vilas em locais estratégicos, a exemplo da Fortaleza de São José do Macapá.

**17.** Durante o Período Regencial, muitos conflitos ocorreram em diversas províncias do Brasil Império. No movimento social conhecido como Cabanagem, houve a

- a) ajuda de mercenários estrangeiros e soldados imperiais, que venceram a revolta deixando um saldo de milhares de mortos, a maioria provenientes das classes mais desfavorecidas, ao longo de cinco anos de violentos conflitos que se espalharam pelas principais cidades da região norte.
- b) participação popular, conduzidos por padre católicos e líderes maçônicos, motivados pelo descaso do governo com a região norte, obtendo um desfecho vitorioso para os revoltosos, que defendiam a instituição de uma nova monarquia.
- c) defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, inspirados pela Revolução dos EUA, que tiveram seus ideais incorporados por filhos de seringueiros que foram estudar nas universidades norte-americanas no período.
- d) adesão das autoridades locais amapaenses junto as massas populares, que exigiam a libertação da região norte do poder da Coroa Portuguesa, mediante a emancipação do Grão-Pará, que deveria se converter em uma confederação com capital em Macapá.
- e) tomada, por parte dos rebeldes, da cidade de Belém, onde foi constituído um governo republicano, que proclamou a independência do Grão Pará com apoio de Portugal e Inglaterra.

**18.** A criação do Território Federal do Amapá, foi uma decisão que refletiu

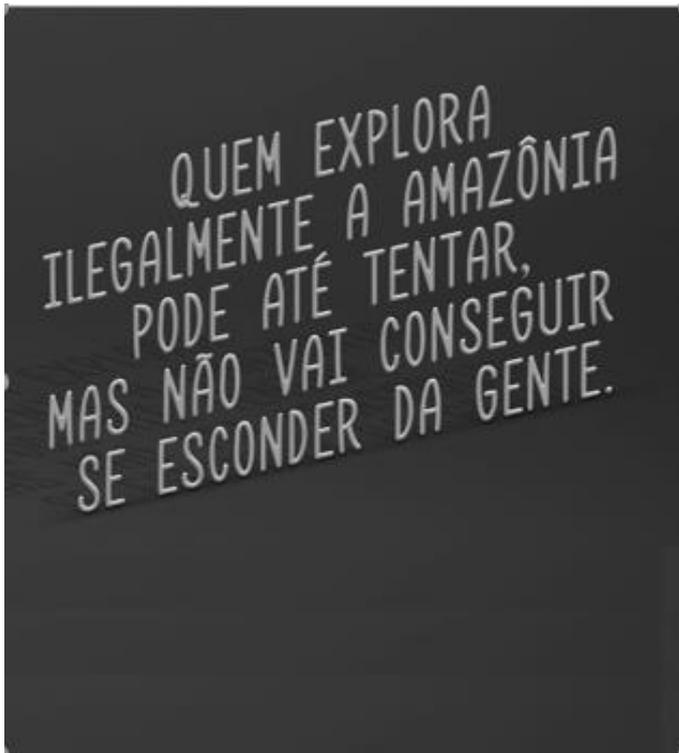
- a) o projeto do Estado Novo de solucionar do problema do "vazio demográfico", uma vez que o número populacional nessa área era muito reduzido, de tal modo que o governo federal decidiu pôr em prática seu projeto de colonização.
- b) a proposta democrática do período, uma vez que transformou algumas áreas pertencentes a Estados já existentes (caso do Amapá, antes vinculado ao Pará) em unidades federativas autônomas, no intuito de estabelecer um governo próprio e democratizar a região.
- c) o momento de tensão vivido pela Segunda Guerra, seguido a imposição do governo norte-americano para continuar a auxiliar o Brasil economicamente, pois tinha interesse na instalação de bases militares nessas áreas.
- d) a visão de defesa das fronteiras nacionais, num contexto de guerra, por ser uma área estratégica de defesa, criando Territórios Federais cuja administração seria regulada por lei especial, passando a contar com o controle e a interferência direta do governo federal.
- e) as disputas entre o Estado Novo e os países vizinhos, na pretensão de redefinir os limites territoriais brasileiros, atentando para a necessidade de criar fronteiras vivas e a defesa da Segurança Nacional.

**19.** Em 1943, o governo federal, na vigência do Estado Novo, criou o Território Federal do Amapá, em nome do desenvolvimento da região. Entre as atividades extrativistas que contribuíram para o desenvolvimento econômico do Amapá no século XX, destaca-se

- a) as lavouras de café.
- b) a exploração do manganês.
- c) a coleta de bananas.
- d) o cultivo de milho.
- e) o plantio da mandioca.

**20.** Uma manifestação cultural típica amapaense que traz em sua origem uma motivação religiosa e as marcas do sincretismo cultural, do qual o batuque é exemplo, se denomina

- a) candomblé.
- b) umbanda.
- c) marabaixo.
- d) maracatu.
- e) cateretê.

**REDAÇÃO LEGISLATIVA**

Antes, identificar quem explorava ilegalmente a Amazônia não era fácil. Mas, agora, o Ministério Público Federal adotou uma nova metodologia de trabalho que utiliza imagens de satélite para fiscalizar toda a Região Amazônica, identificando e produzindo provas para punir os verdadeiros responsáveis pelo desmatamento ilegal.

Acesse [amazoniaprotege.mpf.mp.br](http://amazoniaprotege.mpf.mp.br), conheça o projeto e consulte se determinada área é alvo de ação judicial.



**21.** No texto, observam-se trechos:

- a) jornalístico e apologético.
- b) instrucional e narrativo.
- c) expositivo e injuntivo.
- d) preditivo e expositivo.
- e) injuntivo e narrativo.

**22.** Predominam no texto as funções de linguagem:

- a) emotiva e conativa.
- b) referencial e fática.
- c) poética e metalinguística.
- d) referencial e apelativa.
- e) conotativa e expressiva.

**23.** Marque a alternativa que apresenta texto de caráter objetivo, impessoal, claro e de acordo com a norma culta.

- a) O processo de modernização do Ministério Público Federal teve início com o Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020 e tem como objetivo tornar a instituição uma estrutura integrada e organizada, possibilitando a agilidade na tomada de decisão, de modo a aprimorar e adequar a gestão de pessoas, de materiais e de recursos orçamentários e financeiros às necessidades da atividade institucional, visando à melhoria dos serviços prestados à sociedade brasileira.
- b) O modelo de gestão estratégica adotado, pelo MPF utiliza ferramentas e instrumentos que possibilitam que, tanto a área administrativa como a finalística, planejem suas iniciativas de modo a contribuir para a consecução da missão da Instituição. Além disso, engloba a gestão dos processos, dos projetos, o acompanhamento do desempenho e da transparência e o suporte ao sistema de governança do MPF.
- c) No meu raso entendimento e sem presunção de tecer detalhes desse assunto tão caro à sociedade, digo que há muito tempo a floresta Amazônica é reconhecida como um repositório de serviços ecológicos, não só para os povos indígenas e as comunidades locais, mas também para o restante do mundo.
- d) À medida em que as florestas são queimadas ou retiradas e o processo de aquecimento global é intensificado, o desmatamento da Amazônia gradualmente desmonta os frágeis processos ecológicos que levaram anos para serem construído e refinado.
- e) Ironicamente, enquanto as florestas tropicais úmidas, diminuem continuamente, o trabalho científico realizado nas últimas duas décadas jogou um pouco de luz há cerca dos vínculos essenciais que existe entre a saúde das florestas tropicais e o resto do mundo.

A revolução digital fortalece as previsões de que as casas ou lares inteligentes oferecerão mais conveniência e menos dispêndio de energia em um futuro próximo.

A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os moradores, com redução ou eliminação de trabalhos domésticos. Portanto, para que as edificações inteligentes tenham sucesso, elas deverão se estruturar com base nessa visão de conveniência como solução para os que vivem em um mundo acelerado e estar ancoradas em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis e fáceis de operar, tornando a vida das pessoas mais simples.

Além da conveniência, outro relevante benefício das casas inteligentes para os consumidores é a sua capacidade de incorporar aspectos relacionados à administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de ar e eletrodomésticos. Um conjunto de sensores, adequadamente configurados para gerenciar esses sistemas, pode gerar diminuição considerável nos gastos com energia, com reflexos ambientais e econômicos importantes.

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo para avaliar a economia no consumo de energia gerada com o uso de sensores inteligentes em um apartamento de um dormitório, cozinha, sala de estar, sala de jantar e banheiro. O estudo concluiu que a economia pode chegar a quase 40%

do consumo médio mensal de energia.

A tendência de crescimento desse mercado é clara. A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes deve alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022. O crescimento estará calcado, principalmente, na conexão da casa com os ambientes digitais externos, como, por exemplo, a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de alimentos.

Naturalmente, a tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, tornando-se acessível e barata. Com isso, mais pessoas poderão utilizar-se dela, e novos padrões, modelos e estilos de vida devem se consolidar, principalmente nas áreas urbanas.

(Claudio Bernardes. Casas inteligentes trarão conveniência e reduzirão gasto de energia. Folha de S.Paulo. [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br). Adaptado)

**24.** Sobre a estrutura textual, julgue as afirmações e em seguida marque a alternativa correta:

- I – O primeiro parágrafo é uma frase declarativa sobre dois benefícios da revolução digital.
  - II – O segundo parágrafo tece informações sobre o primeiro benefício.
  - III – O terceiro e o quarto parágrafos tecem informações sobre o segundo benefício.
  - IV – O último parágrafo arremata o texto sem demonstrar posicionamento do autor.
- a) Todas as afirmações estão corretas.
  - b) Somente as afirmações I e II estão corretas.
  - c) Somente as afirmações II e IV estão corretas.
  - d) Somente as afirmações I, II e III estão corretas.
  - e) Somente as afirmações I, II e IV estão corretas.

## TÉCNICA LEGISLATIVA E PROCESSO

**25.** O Poder Legislativo federal é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Acerca desse Poder, seus órgãos e atribuições, nos termos previstos na Constituição Federal,

- a) os Deputados Federais e Senadores são eleitos, respectivamente, pelo sistema majoritário e pelo princípio proporcional.
- b) os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal ou à Câmara dos Deputados, mediante entendimento com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério, somente podendo comparecer às Comissões dessas Casas quando convocados.
- c) É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membros do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.
- d) os Deputados e Senadores que se encontrem no exercício do mandato não são obrigados a testemunhar sobre quaisquer informações recebidas ou prestadas.
- e) perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a um terço das sessões deliberativas da Casa a que pertencer, salvo licença para tratamento de saúde ou missão por esta autorizada.

**26.** É da competência exclusiva do Congresso Nacional

- a) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- b) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes.
- c) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República e do Procurador-Geral da República.
- d) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- e) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

**27.** Em conformidade com as regras aplicáveis ao processo legislativo previstas na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do Estado do Amapá,

- a) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia legislativa de projeto de lei, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído pelo menos por cinco Municípios, com um mínimo de dois por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) em caso de relevância e urgência, o Governador do Estado do Amapá poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Assembleia Legislativa.
- c) O prazo de vigência de medida provisória será prorrogado uma vez por igual período se a matéria não for apreciada em até quarenta e cinco dias de sua publicação, caso em que a medida provisória entrará em regime de urgência.
- d) no âmbito do Congresso Nacional, o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e será enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, com ou sem emendas, ou arquivado, se o rejeitar.
- e) medida provisória sobre direito tributário, em caso de urgência e relevância, produzirá efeitos imediatos desde sua edição.

**28.** As comissões parlamentares são colegiados com um valor relevante para a sociedade pois, dentre outras atividades, realizam debates com representantes da sociedade organizada com o objetivo de conhecer as necessidades dos cidadãos e do Estado democrático. Com base nesse enunciado, escolha a opção correta.

- a) são espécies de comissões as permanentes, as temporárias e as especiais.
- b) cabem às comissões permanentes exercerem o acompanhamento dos planos e programas governamentais, a fiscalização orçamentária do Estado, dos atos do Poder Executivo e da administração descentralizada previstos na Constituição Estadual, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação.
- c) compete às comissões permanentes apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, salvo quando o Presidente da comissão avocar a matéria.
- d) as temporárias são criadas para apreciar determinado assunto, que se extinguem ao término da sessão legislativa ou antes dela, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.
- e) comissão parlamentar de inquérito não pode ser considerada uma comissão temporária.

**29.** Levando-se em conta os procedimentos para a elaboração das normas jurídicas, a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá exerce a sua função legislativa por meio de projetos de lei, de decreto legislativo ou de resolução, além de proposta de emenda à Constituição. Sobre os projetos, é verdade afirmar de acordo com o Regimento Interno:

- a) Os projetos de lei são destinados a regular as matérias de competência do Poder Legislativo sem a sanção do Governador do Estado.
- b) Os projetos de decreto legislativo são destinados a regular matéria de competência exclusiva do Poder Legislativo, com sanção ou veto do Governador do Estado.
- c) Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular matérias de caráter político, processual ou administrativo sobre que deva a Assembleia Legislativa pronunciar-se em casos concretos, tal como perda de mandato de Deputado.
- d) A sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar é normatizada por meio de projeto de resolução.
- e) Nenhuma das assertivas anteriores está correta.

**30.** Sobre o processo de prestação e tomada de contas realizado pela Assembleia Legislativa, é incorreto afirmar:

- a) No âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, a Comissão de Orçamento e Finanças é o órgão responsável por tomar as contas dos obrigados a apresentar suas contas.
- b) As contas prestadas ou tomadas podem ser consideradas regular ou irregular por parte da Assembleia Legislativa.
- c) Os projetos referentes à prestação e tomadas de contas tramitam em regime de prioridade.
- d) Quando a Assembleia Legislativa concluir pela irregularidade das contas prestadas ou tomadas, serão solicitadas ao Poder ou órgão competente as medidas cabíveis, sendo informado ao Tribunal de Contas do Estado sobre as providências a serem tomadas.
- e) O Tribunal de Contas do Estado não se submete à prestação de contas.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**31.** A Assembleia Legislativa do Estado do Amapá editou lei estabelecendo uma série de medidas destinadas a proteger a vida dos animais, bem como a responsabilizar aqueles que, de qualquer maneira, os submeterem a maus tratos. A referida lei, entretanto, permitiu o sacrifício de animais em cultos religiosos de matriz africana, o que causou bastante polêmica.

Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do STF, é possível afirmar que:

- a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que houve invasão da competência da União para legislar sobre proteção ambiental. Do ponto de vista material, também existe inconstitucionalidade, por ofensa ao direito à vida dos animais.
- b) A lei estadual é inconstitucional, por ofensa ao direito à vida dos animais. Entretanto, sob o aspecto formal, os Estados podem legislar sobre proteção ambiental.
- c) A liberdade religiosa é um direito fundamental que está acima da proteção ambiental e dos direitos dos animais e, por isso, sempre que entrarem em conflito, aquela prevalecerá.
- d) A lei estadual é compatível com a Constituição Federal, sob a ótica formal e material.
- e) A lei estadual é compatível com a Constituição Federal sob a ótica material, uma vez que, no caso concreto, prevalece a liberdade religiosa sobre o direito dos animais. Entretanto, sob a ótica formal, pode-se afirmar que a lei padece de vício de competência.

**32.** O Governador do Estado do Amapá apresentou projeto de lei criando autarquia estadual responsável pela regulação dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros. Chegando à Assembleia Legislativa, o referido projeto de lei foi objeto de intensas discussões, já que o grupo de parlamentares da oposição era contra o aumento da "máquina pública".

O Deputado Estadual Tibério, líder do governo na Assembleia Legislativa, apresentou emenda parlamentar ao projeto de lei, por meio da qual instituiu gratificação aos servidores públicos estaduais que atuassem na autarquia responsável pela regulação dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Caso o projeto de lei seja aprovado na Assembleia Legislativa e, posteriormente, sancionado pelo Governador, ele entrará em vigor sem qualquer vício formal ou material.
- b) O projeto de lei padece de inconstitucionalidade formal, já que houve invasão da competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transportes.
- c) O projeto de lei padece de inconstitucionalidade formal, por vício de emenda. Entretanto, não houve vício de iniciativa na apresentação do projeto de lei, tampouco invasão de competência da União.

d) O Governador pode apresentar projeto de lei sobre a criação e extinção de órgãos públicos e autarquias. Entretanto, não se trata de matéria da sua iniciativa privativa.

e) O projeto de lei não possui qualquer vício material ou formal.

**33.** Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) Pessoa jurídica não tem legitimidade ativa para impetrar habeas corpus.
- b) Em mandado de injunção, a decisão terá eficácia subjetiva erga omnes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora.
- c) Não cabe habeas corpus para impugnar quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico, se dessas medidas não puder resultar condenação à pena privativa de liberdade.
- d) A perda superveniente de representação do partido político prejudica o mandado de segurança coletivo.
- e) O habeas data não é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos administração fazendária dos entes estatais.

**34.** Assinale a alternativa correta a respeito das normas constitucionais relativas à Administração Pública

- a) Os estrangeiros não podem ter acesso a cargos e empregos públicos, exceto naqueles casos em que não haja risco à segurança nacional.
- b) É possível a eliminação do candidato de concurso público que esteja respondendo a inquérito ou ação penal, sem sentença penal condenatória transitada em julgado.
- c) É inconstitucional a cláusula de barreira em concursos públicos, uma vez que esta fere o princípio da isonomia.
- d) Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.
- e) A estabilidade é adquirida após 2 (dois) anos de efetivo exercício e mediante avaliação especial de desempenho.

**35.** Carlos Eduardo, brasileiro naturalizado, se mudou para a Itália, onde conheceu Eleonora, italiana. Após se casarem, os dois tiveram um filho, Giuseppe, nascido em território italiano. Considerando que Carlos Eduardo não estava a serviço da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) Giuseppe não poderá ser brasileiro nato, em virtude de seu pai não possuir nacionalidade originária.
- b) Giuseppe será brasileiro nato se for registrado em repartição brasileira competente, ainda que não venha a residir no Brasil.
- c) Giuseppe somente será brasileiro nato se vier a residir no Brasil e optar, a qualquer tempo, após atingir a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d) Caso a lei italiana reconheça nacionalidade originária a Giuseppe, ele perderá a nacionalidade brasileira.
- e) Giuseppe será brasileiro naturalizado, exigindo-se apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

**36.** Michel Ratón, Presidente da República, foi acusado pelo Procurador-Geral da República pela prática de crime de corrupção passiva.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República ficará afastado de suas atribuições a partir do momento em que a Câmara dos Deputados autorizar o recebimento da denúncia.
- b) Nos crimes comuns, o Presidente da República será processado e julgado pelo Senado Federal.
- c) Caso a denúncia seja recebida pelo STF, serão realizadas eleições indiretas, dentro de 30 dias após a última vaga.
- d) O STF somente poderá receber a denúncia após aprovação por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara dos Deputados, em juízo de admissibilidade político.
- e) Na vigência do mandato, o Presidente poderá ser responsabilizado por crimes praticados antes do início do mandato.

**37.** Assinale a alternativa correta sobre o controle de constitucionalidade:

- a) Órgão fracionário de tribunal não poderá declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, nem mesmo quando já houver decisão nesse sentido do órgão especial ou do Plenário do tribunal.
- b) A decisão do STF em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) produz efeitos retroativos ("ex tunc") e tem eficácia "erga omnes", não se admitindo a modulação dos efeitos.
- c) A Assembleia Legislativa do Estado do Amapá realiza controle político-preventivo de constitucionalidade de proposições legislativas que forem apresentadas por parlamentares ou pelo Chefe do Poder Executivo.

d) Deputado Federal poderá impetrar mandado de segurança no STF contra proposta de emenda constitucional que estiver tramitando na Câmara dos Deputados e que viole cláusula pétrea. Nessa situação, fica configurado o controle político-preventivo de constitucionalidade.

e) O Tribunal de Justiça do Amapá tem competência para realizar o controle abstrato de constitucionalidade de proposições legislativas que forem apresentadas por Deputados Estaduais ou pelo Governador do estado.

**38.** Em julho de 2020, o Governador do Estado do Amapá apresentou à Assembleia Legislativa o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a servidores públicos estaduais somente será possível se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é da iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo, não podendo sofrer qualquer alteração na Assembleia Legislativa.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- d) A contratação de servidores públicos estaduais deverá ter previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo dispensada autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- e) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**39.** Marque a alternativa correta nos termos da Lei estadual 66/1993:

- a) O gozo de perfeita saúde física e mental é requisito para ingresso no serviço público estadual.
- b) Promoção consiste no o avanço anual do servidor de uma referência para a seguinte, na mesma classe.
- c) Progressão é a passagem do servidor estável de uma classe para a imediatamente superior àquela que ocupa na respectiva carreira.
- d) A posse no cargo dar-se-á pela assinatura do respectivo contrato de trabalho, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e direitos inerentes ao cargo ocupado.
- e) O exercício do cargo terá início dentro do prazo de 15 dias contados da data da posse.

**40.** Para atingir suas finalidades precípua, o Estado possui variadas estruturas de atuação. Em relação à sua

organização administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) A centralização reflete a forma pela qual um ente federativo executa suas tarefas sem qualquer subdivisão interna.
- b) A desconcentração refere-se à forma pela qual o Estado executa suas tarefas por meio de outra entidade criada para tal finalidade.
- c) A redução da quantidade de secretarias estaduais em determinado ente federativo é exemplo de concentração administrativa.
- d) Os entes descentralizados estão subordinados à administração central.
- e) A delegação da prestação de serviços públicos a particulares, mediante contrato administrativo, é exemplo da descentralização por serviços.

**41.** De acordo com a Lei 8.429/1992, trata-se de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública:

- a) praticar ato visando fim permitido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.
- b) facilitar a aquisição de bem por preço superior ao de mercado.
- c) frustrar a licitude de procedimento licitatório.
- d) concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- e) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

**42.** A Lei 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios destinados a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, estabelecendo as seguintes diretrizes:

- I. observância da publicidade como regra absoluta.
- II. divulgação de informações de interesse público, desde que exista solicitação.
- III. fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- IV. desenvolvimento do controle social da administração pública.

Neste sentido, está correto o que se afirma em

- a) I, II, III e IV.
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) II, III e IV.

**43.** Mediante controle externo o Congresso Nacional fiscalizará órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, por meio de auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse sentido, NÃO é uma das competências do TCU:

- a) realizar fiscalizações por iniciativa própria.

- b) fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União a Estados mediante convênio.
- c) aplicar multa proporcional ao dano causado ao erário evidenciado.
- d) julgar as contas do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- e) sustar, se não atendido, a execução do contrato impugnado.

**44.** Considere as características a seguir:

- I. produzidos ou prestados por empresas que comprovem o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para aprendizes e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- II. produzidos no País.
- III. produzidos ou prestados por particulares qualificados como "empresa cidadã".
- IV. produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

De acordo com as disposições da Lei 8.666/1993, com relação à licitação de bens e serviços, são critérios de desempate o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e III.
- d) II, III e IV.
- e) II e IV.

**45.** Antônio ocupa, há dois anos, o cargo de nível superior de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, tendo lavrado diversos autos de infração. No último mês, a partir de denúncia recebida na ouvidoria do órgão, constatou-se que o servidor não possui nível superior, não tendo apresentado a referida comprovação por ocasião de sua posse. Nesta situação,

- a) o servidor está em situação irregular, não sendo possível a manutenção dos atos por ele praticados, uma vez que ilegais.
- b) o servidor estava em situação irregular, a qual foi convalidada com o decurso do tempo.
- c) o servidor está em situação irregular, no entanto, mantêm-se os atos por ele praticados, por aplicação dos princípios da segurança jurídica e proteção à confiança.
- d) o servidor pode permanecer no cargo e os atos por ele praticados são considerados plenamente válidos, por aplicação do princípio da segurança jurídica.
- e) o servidor não pode permanecer no cargo e os atos por ele praticados são plenamente inválidos, por força do supra princípio da legalidade.

**REGIMENTO INTERNO DA ALAP**

**46.** De acordo com o Regimento Interno da ALAP, a Assembleia

- a) poderá reunir-se temporariamente, em qualquer capital de Estado brasileiro, por motivo de relevância ou força maior, e deliberação da Mesa ad referendum da maioria simples de seus Deputados.
- b) não poderá, em nenhuma hipótese, reunir-se fora da sua Sede.
- c) poderá reunir-se temporariamente, em qualquer cidade do Estado, por motivo de relevância ou força maior, e deliberação do Plenário, ad referendum da maioria absoluta de das mesa.
- d) poderá reunir-se em qualquer local do Estado, por deliberação simples da Mesa em ato isolado.
- e) poderá reunir-se em qualquer local do território estadual, por ato da Mesa, ad referendum do Plenário.

**47.** Quanto às sessões preparatórias, são as

- a) que precedem à instalação dos trabalhos da Assembleia Legislativa na Primeira e na Terceira Sessões Legislativas de cada Legislatura.
- b) de quaisquer sessões legislativas, realizadas às terças, quartas e quintas-feiras.
- c) realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as ordinárias.
- d) realizadas para comemorações ou homenagens especiais.
- e) realizadas pela comissão representativa durante o recesso parlamentar.

**48.** Nos termos do Regimento Interno da ALAP, assinale o item correto acerca da Mesa Diretora

- a) as reuniões ordinárias serão convocadas por iniciativa do presidente ou da maioria de seus membros.
- b) as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos.
- c) as reuniões extraordinárias ocorrerão sempre nas últimas quintas-feiras do mês.
- d) as manifestações da mesa serão assinados por todos os membros, dispensado a publicação
- e) as atas da mesa serão digitadas em avulsos.

## **ESTATUTO DOS SERVIDORES DO AMAPÁ**

**49.** Analise as afirmações abaixo sobre as férias dos servidores públicos do Estado do Amapá:

- I – O servidor fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 02 (dois) períodos, no caso de necessidade de serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.
- II – O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 05 (cinco) dias antes do início do respectivo período.
- III – Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 24 meses de exercício.
- IV – As férias não poderão ser interrompidas por motivo de convocação para júri, serviço militar ou eleitoral mas apenas no caso de calamidade pública, comoção interna, ou por motivo de superior interesse público.
- V- É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Estão corretos os itens apresentados em:

- a) I e II, IV
- b) II, IV e V
- c) I, II e III
- d) I e V.
- e) III e IV.

**50.** Assinale a alternativa correta a respeito das diárias, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Amapá:

- a) No caso em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diária.
- b) A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade, quando o afastamento exigir pernoite fora da sede.
- c) No caso em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor fará jus a diárias na base de 50%.
- d) O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-la integralmente no prazo de 10 (dez) dias.
- e) O servidor que indevidamente receber diárias será obrigado a restituir, de uma só vez a importância recebida, ficando ainda sujeito a punição disciplinar, mesmo que de boa-fé.

## QUESTÃO DISCURSIVA

Em razão de fortes chuvas que caíram sobre a cidade, o prédio de determinado Órgão ficou totalmente destelhado, colocando em risco a segurança dos funcionários e equipamentos. Diante desse quadro, há necessidade de conserto urgente do telhado, cujo custo estimado ultrapassa o valor que autorizaria a dispensa de licitação. O presidente do referido Órgão pretende aproveitar a situação para incluir a obra de reforma do Anexo, que não foi atingido pelas chuvas.

Com base nessa situação, responda às seguintes questões:

- a) A hipótese narrada enquadra-se em algum caso de contratação direta? Qual?
- b) Além da reconstrução do telhado, pode ser incluída a reforma do Anexo? Justifique.

Resposta em até 15 linhas.

---

**Obs.:** disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

---

## FOLHA DE RESPOSTA

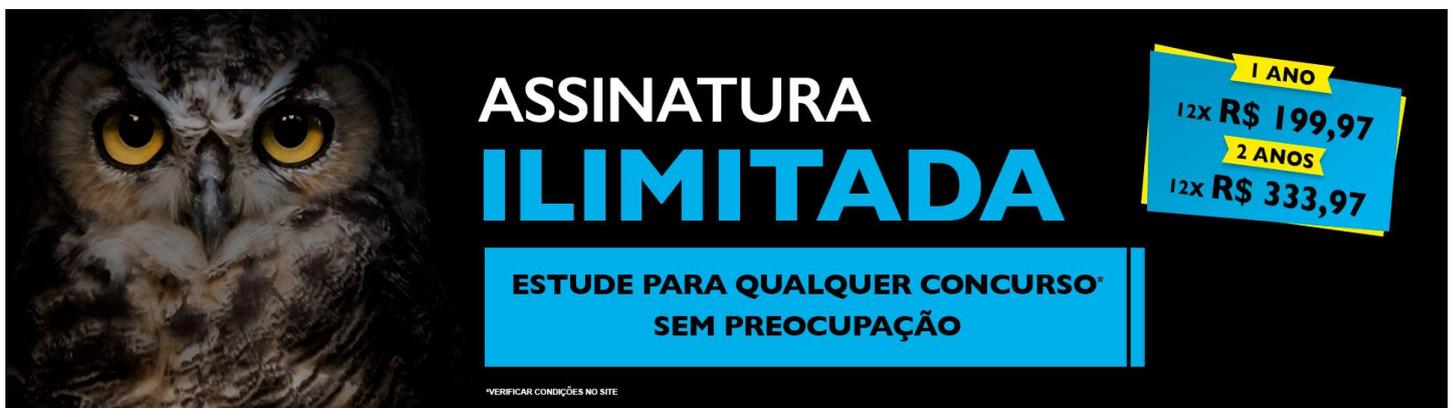
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-ALAP-10-11>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE